

ATA NÚMERO 9/XIII/1.ª SL

Aos 6 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 7 e 8.**

- 2. Apreciação e votação do requerimento do BE - Audição, com caráter de urgência, do anterior diretor-geral da Autoridade Tributária, José Azevedo Pereira, e do atual diretor-geral da Autoridade Tributária, Helena Borges.**

- 3. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 52/XIII/1.ª (PCP) - Proíbe os bancos de alterar unilateralmente taxas de juro e outras condições contratuais.**
Autor do parecer: Deputado Eurico Brilhante Dias (PS).

- 4. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 7/XIII/1.ª (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/121, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015, que altera a Diretiva n.º 2011/96/UE do Conselho, de 30 de novembro de 2011, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes.**
Autor do parecer: Filipe Neto Brandão (PS).

- 5. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 83/XIII/1.ª (BE) – Assegura a gratuitidade da conta base.**
Autora do parecer: Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).

- 6. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 13/XIII/1.ª (PEV) - Preferência pela produção alimentar local nas cantinas públicas.**

- 7. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 58/XIII/1.ª (BE) - Promoção do acesso a produtos da agricultura de produção local às cantinas públicas.**

8. **Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 66/XIII/1.ª (PAN) - Transição para uma alimentação mais saudável e sustentável nas cantinas públicas, com recurso a produtos de agricultura local e biológica.**
 9. **Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 71/XIII/1.ª (PS) - Consagra um regime de seleção de produtos alimentares em cantinas e refeitórios públicos.**
 10. **Deliberação sobre a discussão do Projeto de Resolução n.º 41/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) – Recomenda ao Governo que promova o consumo de produtos nacionais no abastecimento das cantinas e refeitórios públicos.**
 11. **Distribuição de iniciativas europeias.**
 12. **Apreciação da síntese da audiência concedida à APIFARMA.**
 13. **Outros Assuntos..**
-
1. **Aprovação das Atas n.ºs 7 e 8.**

As atas n.ºs 7 e 8 foram aprovadas por unanimidade.

2. **Apreciação e votação do requerimento do BE - Audição, com carácter de urgência, do anterior diretor-geral da Autoridade Tributária, José Azevedo Pereira, e do atual diretor-geral da Autoridade Tributária, Helena Borges.**

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o requerimento, expondo os motivos que lhe estão subjacentes.

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) interveio para manifestar que o PSD votará a favor do mesmo, embora considerando que os esclarecimentos necessários foram já efetuados pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do anterior Governo. Discordou também das declarações efetuadas pela Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) sobre a desproporcionalidade entre rendimentos e imposto efetivo pago.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) declarou que o PS acompanha o requerimento do BE, lembrando a entrevista do ex-Diretor da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

Por seu lado, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) afirmou que a audição faz sentido, notando que a entrevista do ex-Diretor-Geral da AT se referia a duas situações graves: a desproporcionalidade entre rendimentos e imposto pago e o planeamento fiscal agressivo, discordando da ideia de que o esforço é desigual, relativamente à progressividade do mesmo. Notou que seria útil que as audições fossem complementadas com dados estatísticos, por parte da AT, sobre estas matérias.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou a concordância do PCP com o requerimento apresentado, discordando das intervenções de PSD e CDS-PP, salientando que, na entrevista em causa, o núcleo de contribuintes sobre o qual incide a ideia de uma eventual evasão fiscal é um subgrupo muito restrito dentro do último escalão de rendimentos.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) enfatizou este ponto, sublinhando que há uma substancial diferença entre o que são os 10% de contribuintes mais ricos e as grandes fortunas, sendo importante estudar a desigualdade de esforço fiscal existente neste último subgrupo. Concordou que seria importante que a AT disponibilizasse números sobre as situações previstas no requerimento.

Na sequência das manifestações de concordância de todos os GP's, a Senhora Presidente referiu que serão convidados para audições a atual e o ex-Diretor-Geral da AT, sendo que o convite incluirá o pedido de dados concretos sobre a matéria constante do requerimento.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) notou que, como é hábito, deverá ser ouvido primeiro o ex-Diretor Geral e só depois a atual Diretora-Geral da AT.

3. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 52/XIII/1.ª (PCP) - Proíbe os bancos de alterar unilateralmente taxas de juro e outras condições contratuais.

Autor do parecer: Deputado Eurico Brilhante Dias (PS).

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) apresentou o parecer relativo à iniciativa legislativa acima identificada. Os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP) e Carlos Silva (PSD) intervieram para cumprimentar o autor do parecer. O parecer foi aprovado por unanimidade.

4. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 7/XIII/1.ª (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/121, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015, que altera a Diretiva n.º 2011/96/UE do Conselho, de 30 de novembro de 2011, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes.

Autor do parecer: Filipe Neto Brandão (PS).

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) apresentou o parecer relativo à iniciativa legislativa acima identificada, alertando para a necessidade de efetuar uma eventual alteração de carácter legístico, em sede de especialidade. Os Senhores Deputados António Ventura (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP) cumprimentaram o autor do parecer. O parecer foi aprovado por unanimidade.

5. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 83/XIII/1.ª (BE) – Assegura a gratuidade da conta base.

Autora do parecer: Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou o parecer relativo à iniciativa legislativa acima identificada. A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) interveio para cumprimentar a autora do parecer e o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), acompanhando o parecer, notou que este ponto e o ponto 3 da presente reunião estão agendados para Plenário com a mesma grelha de tempos, o que considera errado, de um ponto de vista metodológico, tendo em conta que são matérias diferentes e bastante importantes. O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) corroborou esta posição.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) referiu que a questão se encontrava a ser debatida (ou seria debatida) na Conferência de Líderes deste mesmo dia, notando que houve um equívoco. Acompanhou as opiniões anteriores relativamente à importância e diversidade das matérias. O parecer foi aprovado por unanimidade.

6. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 13/XIII/1.ª (PEV) - Preferência pela produção alimentar local nas cantinas públicas.

7. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 58/XIII/1.ª (BE) - Promoção do acesso a produtos da agricultura de produção local às cantinas públicas.

8. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 66/XIII/1.ª (PAN) - Transição para uma alimentação mais saudável e sustentável nas cantinas públicas, com recurso a produtos de agricultura local e biológica.

9. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 71/XIII/1.ª (PS) - Consagra um regime de seleção de produtos alimentares em cantinas e refeitórios públicos.

10. Deliberação sobre a discussão do Projeto de Resolução n.º 41/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) – Recomenda ao Governo que promova o consumo de produtos nacionais no abastecimento das cantinas e refeitórios públicos.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) solicitou que o ponto 10 fosse discutido em conjunto com as iniciativas legislativas. O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) concordou com esta solução e sugeriu a constituição de um Grupo de Trabalho (GT), para ouvir um conjunto de entidades e marcar depois um prazo para apresentação de propostas de alteração.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) concordou com a criação de um GT e propôs que o Projeto de Resolução n.º 41/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) seja discutido no fim das audições.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) também acompanhou a proposta de criação de um GT. Alegando que o impacto destas matérias é desconhecido, a nível de despesa pública, contratação pública e legislação comunitária, considerou que será útil solicitar parecer à UTAO, à ANMP, à ANAFRE, às Universidades, aos Politécnicos e à CAE, bem como pedir uma avaliação à Unidade Especial de Avaliação de Políticas Públicas da Autoridade da Concorrência.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) sugeriu a definição de um prazo para apresentação de propostas quanto às entidades a ser ouvidas, até à primeira reunião do GT. A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) declarou concordar com a metodologia e acrescentou que será mais fácil pedir parecer, em vez de proceder a audições de todas as entidades. Propôs solicitar parecer à CAP e à “Minha Terra” – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou concordância com a metodologia e acrescentou à mesma a discussão e votação indiciárias em GT.

A Senhora Presidente pediu que até ao final do dia de amanhã os GP's indiquem os membros do GT e lembrou que a mesa da AR considerou estas iniciativas como competência da COFMA com referência à questão do impacto orçamental das medidas.

O GP PCP indicou como membros do GT o Senhor Deputado João Ramos e o Senhor Deputado Paulo Sá.

A Senhora Presidente propôs também que a primeira reunião se efetue na semana de 18 a 22 de janeiro, dado que se tenta, presentemente, marcar outras audições para a semana seguinte.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou a designação de um coordenador para o GT. Cabendo essa coordenação ao GP PSD, este indicou o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) para as funções em causa.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo aceitou a proposta da Senhora Presidente e referiu que é mais fácil calendarizar os trabalhos do GT quando a constituição do mesmo estiver concluída.

11. Distribuição de iniciativas europeias

Os Senhores Deputados tomaram conhecimento das iniciativas europeias remetidas à COFMA.

Como autor do relatório à iniciativa europeia Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que se refere à duração da obrigação de respeitar uma taxa normal mínima [COM(2015)646] foi nomeado o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

Como autor do relatório à iniciativa europeia Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao prospeto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação [COM(2015)583] foi nomeado o Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS).

12. Apreciação da síntese da audiência concedida à APIFARMA

A Senhora Presidente apresentou a síntese da audiência concedida à APIFARMA, não se tendo verificado qualquer intervenção adicional.

13. Outros assuntos

A Senhora Presidente fez uma referência às audições relativas à Conta Geral do Estado. O Senhor Deputado Cristóvão Crespo perguntou se já existia uma data para a audição do Tribunal de Contas, tendo a Senhora Presidente declarado que as datas estavam a ser tratadas..

Não havendo outros assuntos, a Senhora Presidente declarou encerrados os trabalhos.

A reunião foi encerrada às 11:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de janeiro de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 6 de janeiro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Pereira
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eurico Brilhante Dias
Inês Domingos
Ivan Gonçalves
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Jorge Paulo Oliveira
Júlia Rodrigues
Margarida Mano
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulino Ascensão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Hortense Martins